



AUDITOR(A) JÚNIOR

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Conhecimentos Básicos				Conhecimentos Específicos	
Língua Portuguesa		Língua Inglesa		Questões	Pontuação
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação		
1 a 10	1,0 cada	11 a 20	1,0 cada	21 a 70	1,0 cada
Total: 10,0 pontos		Total: 10,0 pontos		Total: 50,0 pontos	
Total: 70,0 pontos					

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Processo Seletivo Público o candidato que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;

d) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após 1 (uma) hora contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

10 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

12 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.

13 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Homem no mar

De minha varanda vejo, entre árvores e telhados, o mar. Não há ninguém na praia, que resplende ao sol. O vento é nordeste, e vai tangendo, aqui e ali, no belo azul das águas, pequenas espumas que marcham alguns segundos e morrem, como bichos alegres e humildes; perto da terra a onda é verde.

Mas percebo um movimento em um ponto do mar; é um homem nadando. Ele nada a uma certa distância da praia, em braçadas pausadas e fortes; nada a favor das águas e do vento, e as pequenas espumas que nascem e somem parecem ir mais depressa do que ele. Justo: espumas são leves, não são feitas de nada, toda a sua substância é água e vento e luz, e o homem tem sua carne, seus ossos, seu coração, todo o seu corpo a transportar na água.

Ele usa os músculos com uma calma energia; avança. Certamente não suspeita de que um desconhecido o vê e o admira porque ele está nadando na praia deserta. Não sei de onde vem essa admiração, mas encontro nesse homem uma nobreza calma, sinto-me solidário com ele, acompanho o seu esforço solitário como se ele estivesse cumprindo uma bela missão. Já nadou em minha presença uns trezentos metros; antes, não sei; duas vezes o perdi de vista, quando ele passou atrás das árvores, mas esperei com toda confiança que reaparecesse sua cabeça, e o movimento alternado de seus braços. Mais uns cinquenta metros, e o perderei de vista, pois um telhado o esconderá. Que ele nade bem esses cinquenta ou sessenta metros, isto me parece importante, é preciso que conserve a mesma batida de sua braçada, que eu o veja desaparecer assim como o vi aparecer, no mesmo rumo, no mesmo ritmo, forte, lento, sereno. Será perfeito; a imagem desse homem me faz bem.

É apenas a imagem de um homem, e eu não poderia saber sua idade, nem sua cor, nem os traços de sua cara. Estou solitário com ele, e espero que ele esteja comigo. [...]

Agora não sou mais responsável por ele; cumpro o meu dever, e ele cumpriu o seu. Admiro-o. Não consigo saber em que reside, para mim, a grandeza de sua tarefa; ele não estava fazendo nenhum gesto a favor de alguém, nem construindo algo de útil; mas certamente fazia uma coisa bela, e a fazia de um modo puro e viril.

Não desço para ir esperá-lo na praia e lhe apertar a mão; mas dou meu silencioso apoio, minha atenção e minha estima a esse desconhecido, a esse nobre animal, a esse homem, a esse correto irmão.

Janeiro, 1953

BRAGA, Rubem. **A cidade e a Roça**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964. p. 11.

1

No 2º parágrafo do Texto I, de acordo com o narrador, as espumas são mais rápidas que o homem porque

- (A) fazem parte do mar.
- (B) apresentam substância menos densa.
- (C) são elementos imateriais.
- (D) surgem pelo movimento do nadador.
- (E) se dissipam antes de serem formadas.

2

Das palavras abaixo, a que representa, no Texto I, a identificação do narrador com o homem que nadava no mar é:

- (A) “coração” (l. 15)
- (B) “desconhecido” (l. 17-18)
- (C) “admiração” (l. 19)
- (D) “responsável” (l. 40)
- (E) “irmão” (l. 50)

3

No Texto I, em “De minha varanda **vejo**, entre árvores e telhados, o mar.” (l. 1-2), caso o verbo em destaque fosse passado para a voz passiva pronominal, o resultado seria: “De minha varanda **vê-se**, entre árvores e telhado, o mar.”

Essa transformação conferiria ao relato do narrador um tom de

- (A) mistério
- (B) crítica
- (C) impessoalidade
- (D) dúvida
- (E) resignação

4

No Texto I, ao descrever o mar, o narrador-personagem o percebe tão vivo, que acaba por atribuir a ele características humanas.

A oração que exemplifica essa afirmativa é

- (A) “que resplende ao sol.” (l. 2-3)
- (B) “que marcham alguns segundos e morrem,” (l. 4-5)
- (C) “que um desconhecido o vê” (l. 17-18)
- (D) “Que ele nade bem esses cinquenta ou sessenta metros,” (l. 29-30)
- (E) “que ele esteja comigo” (l. 38-39)

5

No trecho do Texto I “Não há ninguém na praia, que resplende ao sol.” (l. 2-3), o verbo **haver** está adequadamente empregado do ponto de vista da norma-padrão.

A frase em que o uso desse verbo apresenta a mesma adequação é:

- (A) Havia bastantes pessoas na praia.
- (B) Haveria todos de se lançar ao mar sem medo.
- (C) Havia muitos perigos no oceano.
- (D) No mar, devem haver mistérios insondáveis.
- (E) Há de existir pessoas que se admirem ainda com o mar.

Texto II

A função da arte

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.

5 Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

10 E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: — *Me ajuda a olhar!*

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p.12.

6

No trecho do Texto II “O pai, Santiago Kovadloff, levou-o, para que descobrisse o mar.” (ℓ. 1-2), caso fosse indeterminado o sujeito da primeira oração, tal procedimento

- (A) ressaltaria a importância do pai para a descoberta do menino.
- (B) acarretaria uma ambiguidade em relação à ação de levar.
- (C) camuflaria o agente transformador do olhar do menino.
- (D) desmitificaria a ideia de que a arte é inútil.
- (E) criaria uma ambiência de terror na narrativa.

7

No que se refere à colocação pronominal, respeita-se a norma-padrão em:

- (A) Queria que admira-me-ssem na velhice.
- (B) Me seduziria poder ser jovem a vida toda.
- (C) A aposentadoria, esperarei-a com ansiedade.
- (D) Nunca senti-me tão velho como hoje.
- (E) Ninguém o observava com a mesma atenção que eu.

8

No trecho do Texto II, a palavra destacada em “E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, **que** o menino ficou mudo de beleza.” (ℓ. 7-9), introduz uma oração com o sentido de consequência.

Na seguinte frase, a palavra em destaque cumpre o mesmo papel:

- (A) **Que** o homem permanecesse no mar era o que tanto queria.
- (B) Tão misterioso era o mar, **que** o homem se inquietou.
- (C) Não desejava **que** o pai fosse embora dali.
- (D) O mar, **que** se fazia tão grandioso, admirou o menino.
- (E) O pai ensinou ao menino **que** o mar deve ser respeitado.

9

No Texto II, em “E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai” (ℓ. 10-11), o emprego das vírgulas

- (A) realça a admiração do menino pelo mar.
- (B) põe em dúvida o sentido dos verbos que assinala.
- (C) marca o sentido temporal das orações.
- (D) insere um caráter de incredibilidade ao que se narra.
- (E) muda o sentido das palavras **tremendo** e **gaguejando**.

10

O período em que a regência do verbo em destaque está adequada à norma-padrão é:

- (A) O homem **aspirava** o mar como quem deseja o impossível.
- (B) O menino se **lembrou** que a mãe também amava o mar.
- (C) O menino **preferia** o mar do que o rio.
- (D) Não **duvidava** que o pai conhecesse bem o mar.
- (E) Santiago Kovadloff **queria** muito bem ao filho.

RASCUNHO

LÍNGUA INGLESA

Transportation in Geography

The world is obviously not a place where features such as resources, people and economic activities are randomly distributed; there is a logic, or an order, to spatial distribution. Geography seeks to understand the spatial order of things as well as their interactions, particularly when the spatial order is less evident. Transportation is one element of this spatial order as it is at the same time influenced by geography as well as having an influence on it. For instance, the path followed by a road is influenced by regional economic and physical attributes, but once constructed the same road will shape future regional developments.

Transportation is of relevance to geography for two main reasons. First, transport infrastructures, terminals, modes and networks occupy an important place in space and constitute the basis of a complex spatial system. Second, since geography seeks to explain spatial relationships, transport networks are of specific interest because they are the main physical support of these interactions.

Transport geography, as a discipline, emerged as a branch of economic geography in the second half of the twentieth century. In earlier considerations, particularly in commercial geography (late 19th and early 20th century), transportation was an important factor behind the economic representations of the geographic space, namely in terms of the location of economic activities and the monetary costs of distance. These cost considerations became the foundation of several geographical theories such as central places and location analysis. The growing mobility of passengers and freight justified the emergence of transport geography as a specialized field of investigation.

In the 1960s, transport had to be formalized as key factors in location theories and transport geography began to rely increasingly on quantitative methods, particularly over network and spatial interactions analysis. However, from the 1970s, technical, political and economic changes challenged the centrality of transportation in many geographical and regional development investigations. The strong spatial anchoring effect of high transportation costs receded and decentralization was a dominant paradigm that was observed within cities (suburbanization), but also within regions. The spatial theory foundations of transport geography, particularly the friction of distance, became less relevant, or less evident, in explaining socioeconomic processes. As a result, transportation became underrepresented in economic geography in the 1970s and 1980s, even if the

mobility of people and freight and low transport costs were considered as important factors behind the globalization of trade and production.

Since the 1990s, transport geography has received renewed attention with new realms of investigation. The issues of mobility, production and distribution became interrelated in a complex geographical setting where the local, regional and global became increasingly blurred through the development of new passengers and freight transport systems (Hoyle and Knowles, 1998). For instance, suburbanization resulted in an array of challenges related to congestion and automobile dependency. Rapid urbanization in developing economies underlined the challenges of transport infrastructure investment for private as well as collective uses. Globalization supported the development of complex air and maritime transportation networks, many of which supporting global supply chains and trade relations across long distances. The role of information and communication technologies was also being felt, often as a support or as an alternative to mobility. All of the above were linked with new and expanded mobilities of passengers, freight and information.

Adapted from: <<https://people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch1en/conc1en/ch1c1en.html>>. Retrieved on: Jan. 9th, 2015.

11

The main purpose of the text is to

- (A) show how transportation is economically relevant.
- (B) deny the impact of transportation on the geographical space.
- (C) support the idea that economic features are randomly distributed.
- (D) establish a view of the presence of transportation in geographical studies.
- (E) defend the idea that transportation has not changed much in the last century.

12

The text points out two main reasons why transportation is of relevance to geography.

These two reasons are:

- (A) Economic goods are distributed by transportation; transportation structures occupy a place in space.
- (B) Transportation infrastructures occupy an important place in space; transportation infrastructures are considered the main support to spatial interactions.
- (C) Roads shape regional developments; roads are elements of spatial order.
- (D) There is a logic to spatial distribution; the spatial distribution is influenced by transportation structures.
- (E) Economic features are randomly distributed in space; this distribution in space is illogical.

13

The expression **as well as** in the fragment “Geography seeks to understand the spatial order of things as well as their interactions” (lines 4-5) conveys an idea of

- (A) opposition
- (B) conclusion
- (C) concession
- (D) addition
- (E) comparison

14

According to the text, the emergence of transport geography as a specialized field of investigation is justified by the

- (A) growing mobility of passengers and freight.
- (B) idea that the world is not a place where such features are randomly distributed.
- (C) fact that geography seeks to understand the spatial order of things.
- (D) fact that cost considerations became the foundation of several geographical theories.
- (E) fact that transportation was an important issue behind the economic representations of the geographic space.

15

In the fragment “In the 1960s, transport had to be formalized as key factors in location theories” (lines 35-36), the modal verb **had to** implies an idea of

- (A) advice
- (B) possibility
- (C) probability
- (D) prediction
- (E) necessity

16

From the fragment of the text “However, from the 1970s, technical, political and economic changes challenged the centrality of transportation in many geographical and regional development investigations. The strong spatial anchoring effect of high transportation costs receded and decentralization was a dominant paradigm that was observed within cities (suburbanization), but also within regions.” (lines 39-46), it can be inferred that

- (A) suburbanization emerged because the spatial anchoring effect of transportation costs increased.
- (B) transportation maintained its centrality because of technical, political and economic changes in the 1970s.
- (C) decentralization became the prevailing model in the urban and regional development in the 1970s.
- (D) the technical, political and economic changes in the 1970s resulted in a transportation crisis.
- (E) transportation costs had a negative effect in the urban and regional development in the 1970s.

17

In the fragment “However, from the 1970s, technical, political and economic changes challenged the centrality of transportation in many geographical and regional development investigations” (lines 39-42), the word **However** introduces the idea of

- (A) consequence
- (B) conclusion
- (C) sequence
- (D) contrast
- (E) cause

18

From the sentence in the text “Since the 1990s, transport geography has received renewed attention with new realms of investigation” (lines 55-57), it can be concluded that transport geography

- (A) received new realms of investigation at the end of the 1990s.
- (B) was only studied with new realms of investigation in the 1990s.
- (C) was only studied with new realms of investigation before the 1990s.
- (D) was only studied with new realms of investigation at the beginning of the 1990s.
- (E) started being studied with new realms of investigation at the beginning of the 1990s that are still being applied to its study nowadays.

19

In the fragment from the text “The issues of mobility, production and distribution became interrelated in a complex geographical setting where the local, regional and global became increasingly **blurred** through the development of new passengers and freight transport systems” (lines 57-62), the word **blurred** can be replaced by

- (A) evident
- (B) highlighted
- (C) obvious
- (D) distinct
- (E) imprecise

20

In the fragment from the text “Globalization supported the development of complex air and maritime transportation networks, many of which supporting global supply chains and trade relations across long distances”, (lines 68-71), the word **which** refers to

- (A) chains
- (B) relations
- (C) networks
- (D) globalization
- (E) transportation

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Uma Companhia que foi constituída em 1 de fevereiro de 2013, com o capital social totalmente integralizado de R\$ 200.000,00, informou os seguintes percentuais de inflação:

2/fevereiro/2013	a	1/fevereiro/2014	8,00%
2/fevereiro/2014	a	1/fevereiro/2015	10,50%

Considerando-se exclusivamente os dados apresentados e o reconhecimento do inflacionário sobre o patrimônio da empresa, provocados pela correção integral das demonstrações contábeis, o valor do capital social da Companhia, no balanço levantado em 1/fevereiro/2015, em reais, é

- (A) 244.205,00
- (B) 238.680,00
- (C) 237.000,00
- (D) 221.000,00
- (E) 216.000,00

22

A indústria C, com uma linha de modelos de produtos que consomem a mesma matéria-prima, apresentou, em reais, as seguintes informações sobre a movimentação do estoque de matéria-prima de um desses modelos:

5/4/2016 – compra à vista, de 1.000 kg, como segue:

• Valor de aquisição da matéria-prima	310.000,00
• IPI, incidente na operação	31.000,00
• ICMS, incidente na operação	55.800,00

6/4/2016 – compra a prazo, de 800 kg, como segue:

• Valor de aquisição da matéria-prima	320.000,00
• IPI, incidente na operação	32.000,00
• ICMS, incidente na operação	57.600,00
• Frete e seguro (FOB)	59.400,00

8/4/2016 – Requisição de 1.500 kg da mesma matéria-prima, para a linha de produção

Nesse contexto, considerando-se que a indústria adota o método de avaliação do estoque do custo médio ponderado móvel, o custo da matéria-prima requisitada para a linha de produção, em reais, é

- (A) 427.500,00
- (B) 430.500,00
- (C) 480.000,00
- (D) 525.000,00
- (E) 532.500,00

23

O grau de alavancagem operacional indica o impacto que uma variação ocorrida na receita de vendas irá provocar no resultado operacional de uma empresa.

Nesse contexto, a indústria AZ, que pretende apurar seu grau de alavancagem operacional, fez, em reais, as seguintes anotações referentes a um determinado período produtivo:

Custos fixos	160.000,00
Custos variáveis	380.000,00
Despesas fixas	40.000,00
Despesas variáveis	100.000,00
Receita de vendas	780.000,00

Considerando-se as anotações realizadas pela indústria AZ, o seu grau de alavancagem operacional, apurado, no período produtivo das anotações informadas, é

- (A) 1,6
- (B) 2,0
- (C) 2,4
- (D) 3,0
- (E) 4,0

Considere os dados a seguir para responder às questões de nºs 24 a 26.

A Companhia F, de capital aberto, publicou, em reais, as seguintes demonstrações contábeis:

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Elaborados em:

	31/dez/2014	31/dez/2015		31/dez/2014	31/dez/2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	737.500,00	898.000,00	CIRCULANTE	668.224,00	717.890,00
Caixa	22.000,00	28.000,00	Fornecedores	384.600,00	336.600,00
Bancos c/Movimento	50.000,00	150.000,00	I. Renda e CSLL a pagar	131.424,00	94.000,00
Apl. Financeiras de Resgate Imediato	36.000,00	100.000,00	Dividendos a pagar	28.000,00	115.290,00
Duplicatas a receber	309.500,00	320.000,00	Empréstimos	124.200,00	172.000,00
Estoques	320.000,00	300.000,00			
NÃO CIRCULANTE	282.500,00	382.000,00	NÃO CIRCULANTE	81.926,00	187.950,00
Investimentos			Financiamentos	81.926,00	187.950,00
Em controladas	248.000,00	330.000,00			
Imobilizado	60.000,00	100.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	269.850,00	374.160,00
(-) Dep. Acumulada	(25.500,00)	(48.000,00)	Capital	240.000,00	240.000,00
			Reserva Legal	14.327,00	25.307,00
			Lucro Retido	15.523,00	108.853,00
TOTAL DO ATIVO	1.020.000,00	1.280.000,00	TOTAL DO PASSIVO	1.020.000,00	1.280.000,00

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Elaboradas em:

Demonstração do Resultado	31/dez/2014	31/dez/2015
Receita Líquida	1.268.960,00	1.586.200,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(781.980,00)	(1.134.000,00)
Lucro Bruto	486.980,00	452.200,00
(-) Despesas comerciais	(20.000,00)	(7.000,00)
(-) Despesas administrativas	(104.000,00)	(80.000,00)
(-) Depreciação	(16.740,00)	(22.500,00)
(+ -) Resultado de equivalência patrimonial	2.800,00	(11.000,00)
(=) Resultado antes de receitas e despesas financeiras	349.040,00	331.700,00
(+) Receitas financeiras	3.360,00	11.700,00
(-) Despesas financeiras	(23.840,00)	(29.800,00)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e CSLL	328.560,00	313.600,00
(-) Imposto de Renda e CSLL	(131.424,00)	(94.000,00)
(=) Lucro líquido das operações continuadas	197.136,00	219.600,00
(+) Lucro líquido das operações descontinuadas	0,00	0,00
(=) Lucro líquido do exercício	197.136,00	219.600,00

24

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pela Companhia F em 2015, pelo método direto, de acordo com os termos do CPC 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/2010, evidencia, nas atividades operacionais, o valor recebido de clientes, pelas vendas de mercadorias, em reais, de

- (A) 1.266.200,00
- (B) 1.575.700,00
- (C) 1.586.200,00
- (D) 1.596.700,00
- (E) 1.895.700,00

25

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pela Companhia F em 2015, pelo método direto, de acordo com os termos do CPC 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/2010, evidencia, nas atividades operacionais, o valor do pagamento feito aos fornecedores, em reais, de

- (A) 1.114.000,00
- (B) 1.134.000,00
- (C) 1.154.000,00
- (D) 1.162.000,00
- (E) 1.182.000,00

26

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pela companhia F em 2015, pelo método indireto, de acordo com os termos do CPC 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/2010, evidencia, nas atividades operacionais, o lucro do exercício ajustado, em reais, de

- (A) 186.100,00
- (B) 231.100,00
- (C) 253.100,00
- (D) 257.800,00
- (E) 286.900,00

27

Em 3 de outubro de 2014, a Companhia A adquiriu, sem intenção de venda e sem controle, as ações de um dos acionistas da Companhia B, correspondentes a 20% do total das ações emitidas pela Companhia B, por R\$ 120.000,00, com pagamento no ato, por transferência bancária.

A Companhia B, que só emite ações ordinárias, apresentou, no mesmo dia da operação, as seguintes informações:

- Patrimônio Líquido: R\$ 420.000,00, correspondentes ao valor justo dos ativos e passivos
- Volume das vendas, até à data da operação: R\$ 80.000,00

Nesse contexto e de acordo com as normas contábeis e societárias vigentes, o registro contábil na Companhia A dessa operação, na data de sua realização, é, em reais, o seguinte:

(A) D: Investimentos em Coligadas / Cia. B	120.000,00	
C: Banco conta Movimento		120.000,00
(B) D: Investimentos em Coligadas / Cia. B	104.000,00	
D: Ágio no Investimento em Coligadas / Cia. B	16.000,00	
C: Banco conta Movimento		120.000,00
(C) D: Investimentos em Coligadas / Cia. B	100.000,00	
D: Ágio no Investimento em Coligadas / Cia. B	20.000,00	
C: Banco conta Movimento		120.000,00
(D) D: Investimentos em Coligadas / Cia. B	84.000,00	
D: Ágio no Investimento em Coligadas / Cia. B	36.000,00	
C: Banco conta Movimento		120.000,00
(E) D: Investimentos em Coligadas / Cia. B	68.000,00	
D: Ágio no Investimento em Coligadas / Cia. B	52.000,00	
C: Banco conta Movimento		120.000,00

28

A Companhia Z e a Companhia Y, do mesmo ramo de negócios e sob o controle comum dos acionistas portadores de todo o capital votante, mas sem participação de uma companhia na outra, resolveram pela incorporação da Companhia Y pela Companhia Z.

Aprovados todos os trâmites determinados pela legislação societária, indispensáveis para a realização da incorporação, as duas companhias apresentaram, em reais, as informações, por grupo de contas, de seus respectivos balanços:

Grupos do Balanço Patrimonial	Companhia Z	Companhia Y
Ativo		
Circulante	31.050,00	6.375,00
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo	106,950,00	20.625,00
Total do Ativo	138.000,00	27.000,00
Passivo		
Circulante	12.400,00	7.000,00
Não circulante		
Exigível a Longo Prazo	7.750,00	3.000,00
Patrimônio Líquido	117.850,00	17.000,00
Total do Passivo	138.000,00	27.000,00

Considerando-se os dizeres da lei societária e das normas contábeis vigentes, o registro contábil na incorporadora Z do aumento de capital decorrente da incorporação realizada por ela, em reais, é o seguinte:

(A) D: Conta de Incorporação	17.000,00	
C: Patrimônio Líquido		17.000,00
(B) D: Patrimônio Líquido / Investida Cia. Y	17.000,00	
D: Patrimônio Líquido / Investidora Cia. Z		17.000,00
(C) D: Investimentos / Cia. Y	17.000,00	
D: Patrimônio Líquido		17.000,00
(D) D: Contas do Passivo	10.000,00	
D: Patrimônio Líquido	17.000,00	
C: Contas do Ativo		27.000,00
(E) D: Incorporação da Cia. Y	27.000,00	
D: Patrimônio Líquido		27.000,00

29

Uma Companhia, quando do encerramento do exercício social de 2015, apresentou, em reais, as seguintes informações, apuradas antes do levantamento do respectivo Balanço Patrimonial:

Patrimônio Líquido (Balanço/2014)	1.500.000,00
Capital Social	2.000.000,00
(-) Prejuízo Acumulado	(400.000,00)
(-) Ações em Tesouraria	(100.000,00)

Informações Adicionais

- Lucro Líquido do exercício (apurado na DRE) 1.240.000,00
- Percentual de dividendos constante no Estatuto 20%

Considerando-se as informações recebidas e as determinações contidas na lei das sociedades por ações, o valor da reserva legal a ser evidenciada no Patrimônio Líquido da Companhia, em 2015, em reais, é

- (A) 29.600,00
- (B) 37.000,00
- (C) 42.000,00
- (D) 49.600,00
- (E) 62.000,00

30

Uma sociedade anônima de capital fechado, de médio porte, do ramo comercial e sem operações descontinuadas, apresentou, em reais, os seguintes dados:

Custo das Mercadorias Vendidas	80.000,00
Despesas com vendas	15.000,00
ICMS sobre compras	27.000,00
ICMS sobre vendas	36.000,00
Receita Bruta de vendas	200.000,00

Considerando, exclusivamente, as determinações da legislação societária, Lei nº 6.404/1976, e os dados informados pela companhia, o lucro bruto da mesma, em reais, é

- (A) 69.000,00
- (B) 84.000,00
- (C) 111.000,00
- (D) 120.000,00
- (E) 164.000,00

31

Uma desvalorização cambial do real, em relação às moedas estrangeiras (maior valor da taxa câmbio R\$/moeda estrangeira), tenderia a

- (A) estimular as importações brasileiras.
- (B) desestimular as exportações brasileiras.
- (C) desestimular o turismo de brasileiros no exterior.
- (D) aumentar o *deficit* em conta corrente do balanço de pagamentos brasileiro.
- (E) tornar mais caro para os estrangeiros os preços dos ativos domésticos brasileiros.

32

A demanda pelo bem X aumenta quando aumenta o preço do bem Y.

Logo, a demanda pelo bem X apresenta elasticidade

- (A) renda negativa
- (B) negativa em relação ao preço de Y
- (C) negativa em relação ao próprio preço
- (D) positiva em relação ao preço de Y
- (E) positiva em relação ao próprio preço

33

Quando o Banco Central de determinada economia expandiu a base monetária em 20%, a oferta monetária aumentou em 15%.

Desse fato deduz-se que, nessa economia, o multiplicador da base monetária

- (A) é constante.
- (B) é negativo.
- (C) é menor que 1.
- (D) aumentou com o aumento da base monetária.
- (E) diminuiu com o aumento da base monetária.

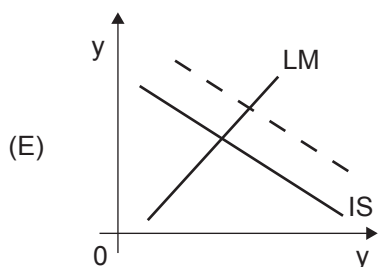
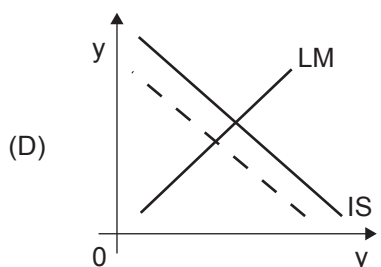
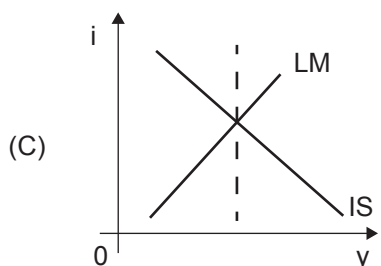
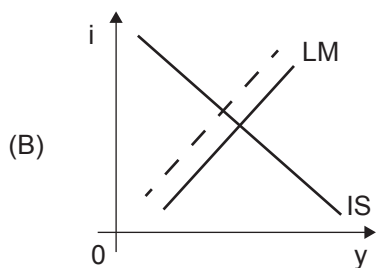
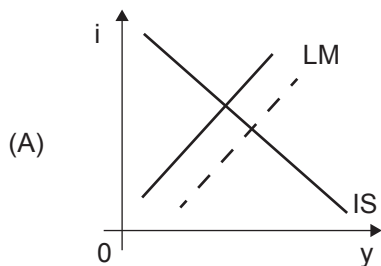
RASCUNHO

Continua 

34

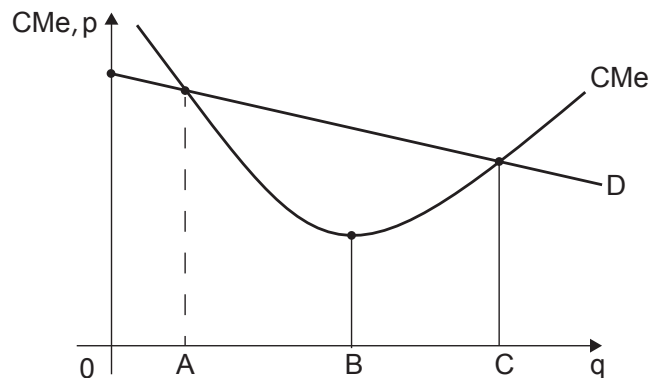
As Figuras abaixo mostram, em linhas cheias, curvas IS e LM representando, respectivamente, o equilíbrio no mercado de bens e no mercado monetário de determinada economia.

Uma política monetária expansiva leva ao deslocamento de uma das curvas para uma posição tracejada, como mostrado na seguinte Figura:



35

O gráfico abaixo mostra o custo médio de produção de determinada empresa (CMe), bem como a curva de demanda de mercado (D) pelo produto dessa empresa.



Examinando-se o gráfico, deduz-se que a(s)

- (A) empresa não tem custo fixo de produção.
- (B) empresa teria lucro máximo se formasse um monopólio e produzisse a quantidade que minimiza seu custo médio, ou seja, B.
- (C) empresa teria lucro positivo se formasse um monopólio e produzisse na faixa entre A e C.
- (D) economias de escala ocorrem apenas se a produção se situar na faixa entre B e C.
- (E) economias de escala ocorrem apenas quando a produção ficar abaixo de A.

36

A função de produção $Q = 10 K^{0,3} L^{0,7}$, onde Q é a quantidade produzida, e K e L são as quantidades dos fatores de produção, representa uma tecnologia com

- (A) retorno crescente de escopo
- (B) retorno constante de escala
- (C) produto marginal do capital constante
- (D) produto marginal do trabalho constante
- (E) isoquantas em forma de ângulo reto

37

A taxa de inflação da economia brasileira atingiu números acima de 50% ao mês, em vários meses durante a década de 1980.

Taxas de inflação elevadas como essas são acompanhadas por

- (A) diminuição da taxa de juros nominal da economia.
- (B) diminuição da receita fiscal nominal do governo.
- (C) diminuição da confiança do investidor e da taxa de crescimento de longo prazo da economia.
- (D) valorização cambial da moeda doméstica, ou seja, menor quantidade de moeda doméstica por unidade de moeda estrangeira.
- (E) melhora na distribuição pessoal da renda na economia.

38

Um aumento do *deficit* orçamentário do governo em determinado período, através de uma redução dos impostos,

- (A) é considerado uma política fiscal expansiva.
- (B) é considerado uma política monetária expansiva.
- (C) leva a uma redução das taxas de juros.
- (D) leva a uma queda da demanda agregada por bens e serviços.
- (E) nunca afeta a taxa de câmbio na economia.

Considere os dados a seguir para responder às questões de nºs 39 e 40.

A indústria Y, instalada no Rio de Janeiro, e a comercial atacadista U, localizada em São Paulo, são contribuintes do ICMS e os respectivos estados assinantes do Convênio ICMS 92/2015, alterado pelo Convênio ICMS 146/2015, vigente desde 1 de janeiro de 2016.

Nesse ambiente tributário, a indústria Y vendeu para a comercial U comercializar uma determinada mercadoria, inclusa na lista única de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária do ICMS, com o valor da venda, incluso na Nota Fiscal, em reais, da seguinte forma:

Desconto incondicional concedido	2.200,00
Frete e seguro	3.700,00
IPI sobre a venda	5.600,00
Preço de venda	56.000,00

39

Considerando-se os dados apresentados e os aspectos técnico-tributários do ICMS-Substituição (ICMS ST), o valor da base de cálculo do ICMS próprio, na indústria Y, na operação realizada, em reais, é

- (A) 50.400,00
- (B) 56.000,00
- (C) 57.500,00
- (D) 59.400,00
- (E) 61.600,00

40

Considerando-se os dados apresentados e os aspectos técnico-tributários do ICMS-Substituição (ICMS ST), o valor da base de cálculo para a apuração da margem do valor adicionado, para fim do cálculo do ICMS-ST, na indústria Y, na operação realizada, em reais, é

- (A) 59.700,00
- (B) 63.100,00
- (C) 63.800,00
- (D) 65.300,00
- (E) 67.500,00

41

A comercial S vendeu para a comercial T, ambas contribuintes do ICMS, um lote de mercadorias, para esta revender, nas seguintes condições, inclusas, em reais, na nota fiscal de venda:

Desconto incondicional concedido	11.125,00
Frete cobrado pelo vendedor	4.450,00
Seguro cobrado pelo vendedor	2.225,00
Valor dos produtos	111.250,00

Considerando-se as informações da comercial S, a base de cálculo para apurar o ICMS devido na operação, em reais, é

- (A) 100.125,00
- (B) 106.800,00
- (C) 111.250,00
- (D) 117.925,00
- (E) 122.375,00

42

A Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (CIDE) é um tributo de natureza extrafiscal e de arrecadação vinculada, cujos recursos só poderão ser destinados aos projetos de infraestrutura de transportes. A CIDE – Combustíveis incide sobre a importação e a comercialização de petróleo, seus derivados e álcool etílico combustível. A partilha da CIDE – Combustíveis é feita entre a União, estados, Distrito Federal e Municípios e até 31 de dezembro de 2015 correspondia a 80% do valor arrecadado, estando os 20% restantes desvinculados dessa repartição, nos termos da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Nesse contexto, os estados estavam obrigados, até 31/dezembro/2015, a aplicar no financiamento de programas de infraestrutura de transporte, do total que lhes era repassado, o percentual de

- (A) 25%
- (B) 29%
- (C) 30%
- (D) 71%
- (E) 75%

43

Um equipamento, cujo preço anunciado é de R\$ 100.000,00 pode ser comprado à vista com um desconto de 20%, ou a prazo, em duas parcelas mensais e iguais de R\$ 55.000,00, sendo a primeira na data da compra, e a segunda para daí a 1 mês.

A taxa mensal de juros cobrada pela loja, comparando-se as duas formas de pagamento, é igual a

- (A) 20%
- (B) 30%
- (C) 55%
- (D) 120%
- (E) 150%

44

Uma empresa faz um empréstimo no valor de R\$ 200.000,00, a uma taxa de 15% ao ano, para ser pago em 5 prestações anuais e iguais, de acordo com o sistema francês de amortização, vencendo a primeira prestação 1 ano após a data do empréstimo. A Tabela abaixo é parte da planilha de amortização apresentada pelo credor.

Tempo	Prestação	Amortização	Juros	Saldo devedor
0				R\$ 200.000,00
1	R\$ 59.663,11	R\$ 29.663,11	R\$ 30.000,00	R\$ 170.336,89
2	R\$ 59.663,11	R\$ 34.112,58	R\$ 25.550,53	R\$ 136.224,31

Para avaliar o total de juros que serão pagos nesse financiamento, um auditor completa a planilha até o final, de modo que o saldo devedor seja zero.

O total de juros, em milhares de reais, que serão pagos pela empresa, se todas as prestações forem quitadas de acordo com o planejado, pertence ao intervalo:

- (A) 50,1 a 65,0
- (B) 65,1 a 80,0
- (C) 80,1 a 95,0
- (D) 95,1 a 110,0
- (E) 110,1 a 125,0

RASCUNHO

45

As classes de auditoria variam de acordo com o tratamento que se dá ao objeto da auditoria. Uma das classificações dos trabalhos de auditoria se refere à forma de intervenção, que pode ser interna ou externa.

A partir do entendimento dos objetivos de cada uma dessas classes de trabalho de auditoria,

- (A) o trabalho do auditor é dirigido para assegurar que o sistema contábil e de controle operacional funcionem eficientemente, tanto na auditoria interna quanto na externa.
- (B) os escopos do trabalho da auditoria interna e da auditoria externa são definidos por normas que regem os trabalhos de auditoria.
- (C) os trabalhos de auditoria interna e de auditoria externa são realizados, em geral, por métodos idênticos.
- (D) a auditoria interna realiza um trabalho com processo analítico, enquanto a auditoria externa executa um trabalho sintético.
- (E) as bases sobre as quais os exames de auditoria interna e de auditoria externa se assentam são diferentes.

46

A NBC TA 705 trata da responsabilidade do auditor de emitir um relatório apropriado nas circunstâncias em que, ao formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, conclui que é necessário emitir uma opinião modificada sobre essas demonstrações contábeis.

De acordo com essa norma, constitui elemento que conduz à emissão de opinião com ressalva a

- (A) impossibilidade de obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente devido a uma limitação imposta pela administração depois da aceitação do trabalho pelo auditor.
- (B) conclusão de que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis, poderiam ser relevantes e generalizados, independentemente da obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre as incertezas.
- (C) não obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para o auditor suportar sua opinião, mas capaz de levá-lo à conclusão de que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis, poderiam ser relevantes e generalizados.
- (D) não obtenção de evidência apropriada e suficiente de auditoria para o auditor suportar sua opinião, mas capaz de levá-lo à conclusão de que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
- (E) obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente, e conclusão de que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.

47

No âmbito da administração pública, considera-se que a finalidade básica da auditoria é comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados. Porém, em decorrência de peculiaridades, alguns procedimentos específicos de auditoria podem ser requeridos. Considere-se um contexto em que o objetivo da auditoria é avaliar ações gerenciais e procedimentos relacionados aos programas de governo, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados.

Nesse caso, recomenda-se uma auditoria

- (A) de acompanhamento da gestão
- (B) de avaliação da gestão
- (C) descentralizada
- (D) especial
- (E) operacional

48

Uma equipe de auditores estava discutindo as diretrizes para implantação da auditoria interna em uma organização. Um dos pontos da discussão foi em qual documento deve estar definida a posição da atividade de auditoria interna dentro da organização, que inclui diretrizes como a natureza da relação funcional do executivo chefe de auditoria com o conselho, o acesso a registros relevantes ao desempenho do trabalho de auditoria e o escopo das atividades de auditoria interna.

De acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Interna, essas diretrizes devem constar no(a)

- (A) código de ética
- (B) estatuto da organização
- (C) estatuto de auditoria interna
- (D) manual de normas e procedimentos padrão
- (E) plano de trabalho da auditoria interna

49

Uma entidade da administração pública indireta avaliou as opções de prestação de serviços de assistência médica a seus colaboradores. A opção considerada inicialmente seria a de criar um departamento para gerir as contribuições recebidas e o acesso aos profissionais e estabelecimentos de saúde. Porém, a essa medida estão associados alguns riscos de grande probabilidade e médio impacto. Assim, a entidade considerou a opção de contratar um plano de saúde para gerir o acesso dos seus colaboradores aos profissionais e estabelecimentos de saúde.

Essa opção considerada constitui uma resposta aos riscos identificados referente a

- (A) aceitar os riscos
- (B) compartilhar os riscos
- (C) evitar os riscos
- (D) gerenciar os riscos
- (E) reduzir os riscos

50

As Normas Internacionais de Auditoria Interna, emitidas pelo *The Institute of Internal Auditors*, orientam que o executivo chefe de auditoria deve desenvolver e manter um programa de avaliação da qualidade e da melhoria que compreenda todos os aspectos da atividade de auditoria interna.

Dentre as disposições das normas acerca da avaliação da qualidade da auditoria interna, identifica-se que

- (A) todos os membros de uma equipe de avaliação devem possuir todas as competências para a realização do trabalho.
- (B) uma avaliação externa pode ser uma autoavaliação com validação externa independente.
- (C) a definição da qualificação e independência do avaliador externo pelo executivo chefe de auditoria prejudica a avaliação.
- (D) o programa de avaliação da qualidade e melhoria tem foco em avaliações externas.
- (E) as avaliações externas devem ser realizadas anualmente.

51

Durante um trabalho de auditoria, um auditor detectou indícios de incompatibilidade de alguns dados que estavam sendo examinados a partir de duas fontes diferentes da organização. Nessa situação, o auditor deverá executar uma técnica de auditoria que possa verificar a consistência mútua entre diferentes amostras de evidências.

Essa técnica é denominada

- (A) análise documental
- (B) confirmação externa
- (C) correlação das informações
- (D) exame dos registros
- (E) rastreamento

52

A evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamenta a sua opinião. Um dos tipos de evidência refere-se à continuidade da entidade auditada.

Para fins de avaliação de evidência de auditoria, uma indicação, de caráter operacional, de que a continuidade da entidade pode estar em risco, é a seguinte:

- (A) a incapacidade de obter financiamentos para desenvolvimento de novos negócios.
- (B) a perda de licença, mercado importante ou financiador estratégico.
- (C) as contingências ou processos legais pendentes contra a entidade que resultem em obrigações de impactos relevantes.
- (D) o descumprimento de exigências de capital mínimo ou de outras exigências regulamentares.
- (E) os prejuízos operacionais substanciais de forma continuada.

53

A natureza e a extensão das atividades de planejamento de auditoria variam conforme o porte e a complexidade da entidade auditada.

Um fator a ser considerado é que a fase do planejamento

- (A) constitui um processo sem influência na determinação dos testes substantivos.
- (B) deve ser realizada antes da avaliação dos controles internos.
- (C) se estende até a conclusão do trabalho de auditoria.
- (D) corresponde a um processo que é concluído com o início dos procedimentos da auditoria.
- (E) tem foco primordial na avaliação de riscos.

54

Um elemento que deve ser considerado tanto no planejamento quanto na execução dos procedimentos de auditoria é a materialidade, mas esta constitui um elemento subjetivo, concebido a partir de julgamento profissional. Para exercer esse julgamento, alguns referenciais devem ser considerados. Há vários fatores que podem afetar a identificação de um referencial para determinar a materialidade para as demonstrações contábeis.

O seguinte fator **NÃO** afeta tal identificação:

- (A) conclusões de trabalhos de auditoria anteriores.
- (B) elementos das demonstrações contábeis.
- (C) estrutura de financiamento da entidade.
- (D) ambiente econômico em que atua.
- (E) fase do ciclo de vida da entidade.

55

Testes de controle são procedimentos de auditoria planejados para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou na detecção e na correção de distorções relevantes no nível de afirmações.

Um procedimento relacionado à detecção de distorções é a

- (A) segregação de funções
- (B) normatização interna
- (C) definição de alçadas
- (D) conciliação de contas
- (E) autorização para custódia

56

A Estrutura Integrada de Controle Interno proposta pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* apresenta três categorias de objetivos, o que permite às organizações concentrarem-se em diferentes aspectos do controle interno.

Os objetivos relacionados à eficácia e à eficiência das operações da entidade, inclusive as metas de desempenho e a salvaguarda de perdas de ativos, referem-se à categoria

- (A) de avaliação
- (B) de divulgação
- (C) de conformidade
- (D) estratégica
- (E) operacional

57

Na implementação de um sistema de controle interno, um dos primeiros elementos a ser considerado deve ser a avaliação do ambiente de controle. A forma pela qual a administração de uma entidade atribui alçadas e responsabilidades é uma das características do ambiente de controle.

Desse modo, a atribuição de alçada e responsabilidade

- (A) deve ser deslocada para o nível de autoridade mais alto para trazer o processo decisório ao pessoal da linha de frente.
- (B) inclui até que ponto pessoas e equipes estão autorizadas e são incentivadas a solucionar problemas, bem como os limites dessa autoridade.
- (C) não deve ser adotada quando a entidade visa a tornar-se mais orientada ao mercado e concentrada na qualidade.
- (D) necessita de enxugamento da estrutura organizacional para sua adoção.
- (E) requer menos monitoramento em decorrência das responsabilidades individuais.

58

A Cia. Alfa atua no ramo de varejo e lançou uma campanha de *marketing* com o objetivo de incrementar as vendas no segmento de bombons e chocolates finos, de alto padrão, que foram iniciadas no mês de janeiro. Nesse novo segmento de vendas, a Cia. Alfa elaborou um orçamento com metas de vendas para alcançar o lucro pretendido com o segmento.

As atividades de controle mais adequadas para acompanhar o comportamento dos objetivos e metas orçados para esse novo segmento de vendas da Cia. Alfa são:

- (A) administração funcional direta e processamento da informação
- (B) indicadores de desempenho e segregação de funções
- (C) indicadores de desempenho e processamento da informação
- (D) revisões da alta direção e administração funcional direta
- (E) revisões da alta direção e processamento da informação

59

A Lei Sarbanes-Oxley (SOX) é um tipo de lei de responsabilidade fiscal que regulamenta os padrões de governança corporativa para algumas organizações empresariais, promovendo

- (A) criação de códigos de ética em todas as empresas da economia brasileira e mundial.
- (B) disputa interna nas empresas de capital 100% brasileiro, com conseqüente desestabilização das normas empresariais.
- (C) privatizações em larga escala e perda do foco principal, que seria o acesso a novos mercados.
- (D) redução do nível de atividade econômica nos países e demissão em massa em empresas de capital fechado.
- (E) reforma dos níveis de prestação de contas e de transparência de empresas que têm ações negociadas nas bolsas de valores dos EUA.

60

Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.) no curto, médio e longo prazos.

Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18163>>. Acesso em: 2 maio 2016.

O texto acima trata de um dos princípios básicos da governança corporativa, que é o da

- (A) equidade
- (B) transparência
- (C) prestação de contas
- (D) responsabilidade corporativa
- (E) valorização dos acionistas majoritários

61

Um auditor está analisando contratos efetuados por uma empresa submetida a regime especial de licitação. Na ocasião, verifica que várias aquisições foram submetidas ao regime de dispensa do procedimento licitatório.

Avaliando o conteúdo das aquisições de bens e a contratação de serviços, chancela os atos que foram baseados, de acordo com o Decreto nº 2.745/1998, em

- (A) contratação de remanescentes de obra, mesmo que majorado o preço.
- (B) contratação de instituições financeiras com programas de desenvolvimento da qualidade de vida dos idosos.
- (C) aquisição de peças e sobressalentes para o equipamento a que se destinam, de forma a manter a garantia técnica vigente do mesmo.
- (D) aquisição de hortifrutigranjeiros para abastecimento dos navios petroleiros atracados para serem reparados em estaleiros.
- (E) compra de materiais de determinadas marcas, conhecidas por sua idoneidade.

62

A Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993) possui um rol bastante extenso de normas que conduzem a atuação do gestor público.

No caso de acompanhamento da execução do contrato, nos termos da referida Lei, deve o contratado, durante o período de duração de obra,

- (A) visitar mensalmente o local onde as obras estão sendo realizadas.
- (B) realizar reuniões diárias na obra com representantes da Administração.
- (C) manter preposto na obra, que seja aceito pela administração.
- (D) apresentar responsável contábil no local da obra.
- (E) contratar pessoas da comunidade local para a execução de serviços para a obra.

63

No campo dos contratos administrativos, existem várias cláusulas que são peculiares à atividade estatal. Uma delas está vinculada ao poder de fiscalizar a correta execução do contrato.

Tal cláusula, como outras, é denominada

- (A) potestativa
- (B) exorbitante
- (C) perfeita
- (D) pessoal
- (E) instrumental

64

A licitação é inexigível, nos termos do Decreto nº 2.745/1998, para a celebração de contratos que objetivem a soma de esforços entre empresas para gerenciamento conjunto de empreendimentos, compreendendo, entre outros, o planejamento, a administração e os serviços de procura, mediante o estabelecimento de preços “meta” e “teto”, para efeito de bônus e penalidades, em função dos preços, dos prazos e do desempenho verificado.

Nos termos do Decreto nº 2.745/1998, tais contratos são denominados

- (A) aliança
- (B) conexão
- (C) continência
- (D) estratégia
- (E) ocasião

65

Um Estado realiza a contratação de uma obra que, para ser realizada, exigirá a intervenção na propriedade privada, vez que inúmeros terrenos particulares deverão ser utilizados no empreendimento.

Caso o Estado não se desincumba dessas intervenções, estará caracterizada a existência de

- (A) fato da administração
- (B) circunstância prevista
- (C) ato do principado
- (D) evento real
- (E) cláusula frustrada

66

Foi realizado um contrato com a administração pública que, tempos depois, foi rescindido sem culpa do contratado.

Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o contratado

- (A) será penalizado por inexecução.
- (B) terá sua inscrição registrada em cadastro de inadimplentes.
- (C) terá direito à devolução de garantia.
- (D) será impossibilitado de novas licitações.
- (E) deixará de perceber quaisquer valores vinculados ao contrato.

67

Quanto ao cadastro de fornecedores, um dos pontos aos quais o gestor de logística deve estar atento refere-se à manutenção de uma quantidade equilibrada e suficiente de fornecedores para todos os materiais utilizados, evitando, assim, o registro daqueles que não irão contribuir com o abastecimento da empresa. Nesse sentido, é importante uma análise de alguns fatores relacionados ao fornecedor antes de sua inclusão nesse cadastro, como, por exemplo, a análise econômica financeira.

Esse procedimento consiste em

- (A) analisar a existência de prioridades para cadastramento de fornecedores da região ou do estado, ou prioridades para empresas de pequeno a médio porte.
- (B) analisar o ato constitutivo, verificando seu objetivo, capital e composição acionária.
- (C) analisar balanços, referências bancárias e cartas de crédito.
- (D) analisar atestados de capacidade técnica e relação de equipamentos que a empresa possui.
- (E) analisar as certidões positivas de cartório, certidões negativas e inscrições fiscais de âmbito federal, municipal e estadual.

68

A categoria do Incoterms (*International Commercial Terms / Termos Internacionais de Comércio*) em que o vendedor contrata o transporte, sem assumir riscos por perdas ou danos às mercadorias ou custos adicionais decorrentes de eventos ocorridos após o embarque e despacho, é a categoria

- (A) A de *Available*
- (B) F de *Free*
- (C) C de *Cost* ou *Carriage*
- (D) D de *Delivery*
- (E) E de *Ex*

69

A atividade de recebimento intermedeia as tarefas de compras e pagamento ao fornecedor. Por isso, trata-se de uma atividade de grande importância no processo logístico de uma organização.

Nesse sentido, uma das principais responsabilidades dessa atividade é

- (A) utilizar o espaço nas três dimensões, da maneira mais eficiente possível.
- (B) proceder à conferência visual, verificando condições de embalagem quanto a possíveis avarias na carga transportada e, se for o caso, apontando as ressalvas de praxe nos respectivos documentos.
- (C) analisar atestados de capacidade técnica e a relação de equipamentos, visando a verificar a tradição comercial da empresa em análise.
- (D) avaliar a intenção de consumo, objetivando fazer previsões e levando em consideração a evolução histórica da demanda.
- (E) realizar a contagem periódica dos materiais existentes para efeito de comparação com os estoques registrados e contabilizados em controle da empresa, a fim de comprovar sua existência e exatidão.

70

Uma operação do sistema de distribuição em que os produtos são recebidos, selecionados e encaminhados para outro veículo precisa de grande exatidão quanto ao tempo de entrada e saída dos produtos. Esse procedimento tem como um dos resultados a redução do investimento em estoques, com a otimização da utilização dos recursos de armazém.

Essa operação é denominada

- (A) *Cross docking*
- (B) *Just in time*
- (C) *WMS*
- (D) *Kanban*
- (E) *Picking*

RASCUNHO

RASCUNHO